



Eventos climáticos extremos e colonialidade climática: saúde e vulnerabilidade dos migrantes internacionais em cenários de seca

Danielle Cevallos Soares^{1*} e Tatyana Scheila Friedrich²

¹Departamento de Direito, Universidade do Estado do Mato Grosso, Avenida Tancredo Neves, 1095, 78217-900, Cáceres, Mato Grosso, Brasil. ²Departamento de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: cevallos.danielle@unemat.br

RESUMO. O presente estudo, de caráter ensaístico, aborda a relação entre os eventos climáticos extremos e a colonialidade climática, com foco no impacto da seca como impulsionadora de migrações internacionais e nos riscos à saúde aos quais os migrantes estão submetidos em razão do referido evento climático, seja no país de destino ou no país de origem. Para isso, buscou-se informações sobre a situação climática mundial atual e as migrações nas bases de dados de agências e outros entes da Organização das Nações Unidas, a exemplo das agências Organização Internacional para Migrações (IOM), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR), Organização Mundial da Saúde (WHO), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Meteorológica Mundial (WMO), além dos estudos relacionados à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD), ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), assim como de bases de dados do Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC) e do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Investigou-se nas bases de dados Scielo, Redalyc, Scopus e Science Direct, o impacto da seca na saúde dos migrantes, a relação entre o colonialismo, os eventos climáticos extremos e as migrações internacionais. A partir disso, foram apresentadas considerações e propostas para melhorar as condições de acolhimento e saúde dos migrantes internacionais em cenários de seca, levando-se sempre em conta a dinâmica colonialista que agrava e perpetua as desigualdades decorrentes das mudanças climáticas. Concluiu-se que devem ser criadas políticas públicas que considerem as particularidades dos migrantes, mas também é imprescindível que seja efetuada justiça climática e descolonizadas as relações internacionais.

Palavras-chave: migrações; colonialismo climático; mudanças climáticas; saúde.

Extreme weather events and climate coloniality: health and vulnerability of international migrants in drought scenarios

ABSTRACT. This essay-style study addresses the relationship between extreme weather events and climate coloniality, focusing on the impact of drought as a driver of international migration and the health risks to which migrants are exposed as a result of this climate event, whether in their country of destination or their country of origin. To this end, information on the current global climate situation and migration was sought in the databases of agencies and other entities of the United Nations, such as the International Organisation for Migration (IOM), the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), the World Health Organisation (WHO), the Food and Agriculture Organisation of the United Nations (FAO), the World Meteorological Organisation (WMO), as well as studies related to the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD), the United Nations Environment Programme (UNEP), and databases from the Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC) and the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). The Scielo, Redalyc, Scopus and Science Direct databases were searched for information on the impact of drought on the health of migrants and the relationship between colonialism, extreme weather events and international migration. Based on this, considerations and proposals were presented to improve the reception and health conditions of international migrants in drought scenarios, always taking into account the colonialist dynamics that aggravate and perpetuate the inequalities resulting from climate change. It was concluded that public policies should be created that take into account the particularities of migrants, but it is also essential that climate justice be achieved and international relations decolonised.

Keywords: migration; climate colonialism; climate change; health.

Received on March 1, 2025.

Accepted on August 12, 2025.

Introdução

As secas são os eventos climáticos que afetam mais pessoas e, entre os anos de 2000 e 2023, foram responsáveis por mais de um terço do total das pessoas afetadas por desastres, apesar de configurarem apenas 3% deles, o que revela o alcance e gravidade desses fenômenos (European Commission Joint Research Centre & United Nations Convention to Combat Desertification, 2024). Seus efeitos são de difícil mensuração, considerando-se que a seca desencadeia uma espécie de efeito em cascata e impacta, de forma direta e indireta, distintas áreas e por períodos prolongados, com proporções variáveis entre diferentes regiões e entre distintos grupos populacionais (Ebi & Bowen, 2016).

O impacto das secas nos seres humanos varia conforme o grau de vulnerabilidade a que estão submetidos, sendo que os migrantes¹ podem estar sujeitos a uma série de condições que fazem com que a experiência de um evento climático extremo como a seca, tenha impactos muito mais severos para sua saúde e bem-estar.

Diante disso – e sabendo-se que o fenômeno migratório é inexorável e, sobretudo, um direito humano (Organização das Nações Unidas, 1948) – é necessário refletir sobre medidas para que os migrantes sejam recebidos com dignidade e possam acessar o direito à saúde de forma plena, com atenção às suas vulnerabilidades e particularidades.

Assim, aborda-se neste trabalho o conceito de colonialidade climática e sua relação com os eventos climáticos extremos; em seguida, apresenta-se o conceito de seca e seus impactos nas migrações internacionais e na saúde dos migrantes. Por fim, são expostas algumas reflexões e propostas referentes às migrações internacionais decorrentes das secas, bem como aos efeitos sobre a saúde dos migrantes, à luz da noção de colonialidade climática.

Colonialidade climática e eventos climáticos extremos

Compreender a colonialidade climática significa demonstrar como os legados da violência imperial continuam a viver de forma insidiosa, não só exacerbando a degradação ambiental, mas também aumentando os desastres climáticos vividos por populações marginalizadas em todo o mundo, que se tornam desproporcionalmente vulneráveis e descartáveis nesse processo – algumas de forma mais evidente do que outras (Sultana, 2025, p. 3, tradução nossa).²

Os países de alta renda são responsáveis por dez vezes mais impactos climáticos per capita do que os países de baixa renda, e sua pegada material per capita permaneceu relativamente constante desde o ano 2000. Os países de renda média alta mais que dobraram sua pegada material per capita, aproximando-se dos níveis de renda alta, mas seus impactos continuam sendo menores do que os dos países de renda alta. Por meio do comércio global, os países de renda alta transferem os impactos ambientais para todos os outros grupos de países de renda. O uso de recursos per capita e os impactos ambientais relacionados nos países de baixa renda permaneceram comparativamente baixos e praticamente inalterados desde 1995 (United Nations Environmental Program & International Resource Panel, 2024).

Entretanto, em todos os setores e regiões, as pessoas e os sistemas mais vulneráveis são afetados de forma desproporcional pelas mudanças climáticas. A vulnerabilidade dos ecossistemas e dos grupos humanos difere substancialmente entre as regiões – dentro delas também – e é impulsionada por padrões de desenvolvimento socioeconômico interligados, uso insustentável dos oceanos e da terra, marginalização e padrões históricos e contínuos de desigualdade, a exemplo do colonialismo e governança. Aproximadamente 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos altamente vulneráveis às mudanças climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022).

A Europa e os Estados Unidos da América sofreram os impactos das mudanças climáticas em um grau muito menor do que os países do Sul global, e têm recursos muito maiores para mitigar esses impactos. Os Países Baixos e Bangladesh são geograficamente semelhantes em termos de vulnerabilidade natural às alterações climáticas, mas as inundações não têm sido um problema grave para os Países Baixos desde o programa nacional de construção de barragens em meados do século XX. Quando se trata dos impactos das alterações climáticas, o dinheiro é importante e a geografia do risco climático reflete isso (Parsons, 2023).

¹Emprega-se o conceito de 'migrante' como expressão ampla que abarca qualquer mobilidade humana de caráter internacional. Optou-se pelo enfoque nas migrações de caráter internacional, porque os movimentos migratórios internos em razão de eventos climáticos extremos são mais bem delineados na literatura científica. Nesse contexto, os deslocamentos internacionais carecem de mais atenção da comunidade científica.

²No original: *Understanding climate coloniality means demonstrating how legacies of imperial violence insidiously live on, not only in exacerbating environmental degradations, but in increased climate-induced disasters experienced by variously marginalized populations globally, who are disproportionately made vulnerable and disposable in the process – some more evident than others.*

A colonialidade climática reproduz os fantasmas do colonialismo e do imperialismo através dos impactos climáticos em contextos pós-coloniais, ocupados e colonizados, onde os desastres induzidos pelo clima e os riscos elevados já não são novidade (Sultana, 2025). Fala-se também em ‘colonialismo de carbono’ como “[...] a mais recente encarnação de um sistema milenar em que os recursos naturais continuam a ser extraídos, exportados e explorados longe das pessoas a quem pertenciam [...]” (Parsons, 2023, p.6, tradução nossa)³, que ocorre, dentre outros fatores, em razão da globalização do processo produtivo e distanciamento da produção de bens – os países do norte global delegam a produção para fábricas no sul global e, assim, ficam distantes de seu impacto ambiental imediato, enquanto os últimos encaram os efeitos da degradação ambiental (Parsons, 2023).

A seca

A seca se configura como um período prolongado de precipitação excepcionalmente baixa que produz escassez de água para pessoas, animais e plantas. Seu desenvolvimento costuma ser lento, ao longo dos anos, razão pela qual seu início pode ser difícil de se detectar. O grau de redução da precipitação que constitui uma seca varia de acordo com a localidade, o clima e o setor ambiental (Integrated Research on Disaster Risk, 2014). Trata-se de um problema complexo, resultado da combinação de processos climáticos como baixa precipitação, evapotranspiração elevada, derretimento atípico de neve; também resulta de processos humanos relacionados à extração e uso da água, bem como da gestão e uso da terra. (European Commission Joint Research Centre & United Nations Convention to Combat Desertification, 2024).

As secas figuram entre os riscos mais caros do ponto de vista econômico, ocasionando, anualmente, perdas de bilhões de dólares. Comprometem o crescimento econômico e o desenvolvimento geral dos países, tanto nas regiões do Norte quanto nas do Sul Global⁴. Os efeitos econômicos são sentidos principalmente no setor agrícola. Ademais, é possível que tais impactos sejam subestimados em razão da natureza interconectada dos ecossistemas e das sociedades humanas: as secas podem desencadear efeitos em cascata ao longo do tempo e do espaço, os quais, muitas vezes, sequer são atribuídos diretamente ao evento da seca e, por conseguinte, são difíceis de mensurar (Ebi & Bowen, 2016).

A elevação das temperaturas e secas mais frequentes e intensas, associadas às mudanças climáticas, aumentam o risco de incêndios florestais, que afetam a saúde física e mental dos seres humanos, pela exposição à fumaça ou queimaduras, bem como em razão de danos materiais, como comprometimento de infraestrutura, interrupção de serviços e perda de bens (Romanello et al., 2024). Estima-se que as queimadas que ocorreram no Brasil entre os meses de janeiro a agosto de 2024 tenham custado cerca de US\$ 14.6 milhões ao país, apenas no que diz respeito aos cuidados de saúde relativos a doenças cardiovasculares e respiratórias. Entretanto, tais danos à saúde impactam muito mais pessoas vulneráveis como crianças, gestantes, idosos e pessoas com doenças crônicas, e agravam desigualdades socioeconômicas preexistentes (Sobreira et al., 2025).

Entre os anos de 2010 e 2014 e 2019 a 2023, as perdas econômicas médias anuais induzidas por eventos climáticos extremos aumentaram 23% em termos reais, para US\$ 227 bilhões, mas o ônus econômico de tais eventos recai de forma desproporcional sobre os países de IDH mais baixo (Romanello et al., 2024). Constatou-se recentemente que a gravidade dos impactos das ondas de calor e da seca na produção agrícola praticamente triplicou, passando de 2,2% entre 1964 e 1990 para 7,3% entre 1991 e 2015 (Food and Agriculture Organization for United Nations, 2023).

As secas agravam as crises alimentares, prejudicam a saúde humana, afetam o abastecimento de água e de energia elétrica, embaraçam as atividades industriais e alteram o funcionamento dos ecossistemas. Por isso, podem contribuir para o agravamento da insegurança alimentar ao diminuir a produtividade agrícola, levando à escassez de alimentos e à redução da renda dos agricultores e dos trabalhadores assalariados agrícolas (Ebi & Bowen, 2016).

A insegurança alimentar aguda refere-se à privação de alimentos que ameaça a vida e os meios de subsistência. No entanto, até mesmo em suas formas menos graves há comprometimento da saúde das pessoas, em razão de aumento de desnutrição, deficiências de micronutrientes e obesidade (relacionada à falta de acesso a alimentos nutritivos suficientes e acessíveis), que têm consequências especialmente ameaçadoras e duradouras para crianças (Ebi & Bowen, 2016).

Segundo a OIM (International Organization for Migration, 2022), em um cenário de alto aquecimento, prevê-se que 65 milhões de pessoas adicionais sofrerão insegurança alimentar até 2050 como resultado das mudanças

³ No original: *The latest incarnation of an age-old system in which natural resources continue to be extracted, exported, and profited from far from the people they used to belong to.*

⁴ Muito embora essas regiões não experienciem os resultados desses eventos de forma proporcional.

climáticas. Globalmente, projeta-se que o aquecimento de 2°C aumentará a população exposta à seca agrícola em 370%. Com o aquecimento de 1,5°C, a probabilidade de secas agrícolas extremas deverá aumentar em pelo menos 100% em grandes áreas do norte da América do Sul, do Mediterrâneo, do oeste da China e da América do Norte e Eurásia de alta latitude, em até 200% a 2°C e em mais de 200% a 4°C.

Além disso, há evidências no sentido de que as dificuldades financeiras decorrentes da seca podem resultar em aumento da carga de trabalho, redução do tempo e dos recursos disponíveis e na interrupção da educação das crianças, para que auxiliem em casa ou nos negócios da família. Tais circunstâncias podem causar incertezas sobre o futuro, aumentando o estresse, a ansiedade, isolamento social, depressão e suicídio, e estão associadas a um aumento nos casos de violência doméstica. Constatou-se que quanto mais severa a seca e seus impactos sobre os meios de subsistência, maiores os impactos negativos sobre a saúde mental das pessoas afetadas (Vins et al., 2015).

Migrações e seca

Estima-se que as mudanças climáticas exponham mais de um bilhão de pessoas à diversos riscos e, provavelmente, impulsionarão o deslocamento de dezenas a centenas de milhões de pessoas nas próximas décadas. Apesar dos desafios de se obter projeções precisas sobre os deslocamentos relacionados à eventos climáticos, a tendência geral é clara (International Organization for Migration, 2022).

As projeções de quando e onde as pessoas serão expostas aos riscos relacionados ao clima, incluindo o aumento do nível do mar, inundações e estresse térmico, estão se tornando cada vez mais precisas. Entretanto, as estimativas do número de migrantes e pessoas deslocadas em razão desses eventos continuam sujeitas a maior incerteza (International Organization for Migration, 2022).

Essa incerteza deriva do fato de que a variedade de processos de mudança climática e os fatores complexos e interrelacionados que moldam os movimentos das pessoas (sociais, demográficos, econômicos, ambientais e políticos), bem como a coleta inconsistente de dados, dificultam a mensuração da influência da mudança climática sobre a mobilidade humana (International Organization for Migration, 2022).

Ainda assim, constatou-se que o clima - em especial a seca - foi identificado como um dos principais impulsionadores do pico dos fluxos migratórios do México para os Estados Unidos da América. Os fluxos migratórios entre 1970 e 2009 corresponderam períodos com baixa precipitação. A migração de agricultores de baixa renda triplicou nesse período, o que representou aproximadamente um terço de toda a migração histórica. Estima-se que a população rural tenha sido forçada a deixar suas terras como resultado da forte redução da agricultura e da produção de pastagens (Murray-Tortarolo & Salgado, 2021).

Nesse contexto, quando a seca atinge uma área em que as pessoas dependem em grande parte da agricultura para subsistência e sustento, o impacto sobre a renda e a segurança alimentar pode afetar tanto a aspiração - ou a necessidade - das pessoas de migrarem, quanto sua capacidade de fazê-lo. Quando as pessoas têm autonomia para decidir se mudar, a migração pode trazer resultados positivos e pode ser vista como uma adaptação às mudanças climáticas (International Organization for Migration, 2022).

Ainda é frequente a representação da seca como causa relevante para o deslocamento de migrantes do Sul Global para o Norte Global. Contudo, tais afirmações não encontram respaldo científico; a maioria dos deslocamentos humanos devido à seca é doméstica (International Organization for Migration, 2022). Apenas no ano de 2022, 32,6 milhões de pessoas se deslocaram internamente⁵ em razão de desastres naturais; 98% desses deslocamentos foram provocados por riscos relacionados ao clima, como enchentes, tempestades e secas, sendo as últimas o motivo impulsionador do deslocamento de 2.215.000 de pessoas (Internal Displacement Monitoring Center, 2023).

Apesar da falta de clareza em relação aos números de migrantes internacionais relacionados a eventos climáticos, em especial em razão da seca, impõe-se a atenção ao fato de que esses migrantes frequentemente são pessoas mais vulneráveis no contexto de desastres climáticos, o que se justifica pelo fato de que o risco em relação a tais fenômenos deriva da interação entre processos sociais e ambientais, além da combinação de perigos físicos e das vulnerabilidades das pessoas expostas ao risco. Assim, os níveis dos efeitos adversos são, em grande parte, determinados pela vulnerabilidade e exposição das sociedades e dos sistemas socioecológicos. Por esses motivos é que o risco não é fixo; trata-se de um processo em constante evolução (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014).

⁵Deslocamentos internos compreendem ao deslocamento de pessoas dentro das fronteiras de seu país.

A vulnerabilidade está relacionada aos aspectos que favorecem os efeitos adversos sobre as pessoas expostas. Certos fatores, como a pobreza e a falta de redes sociais e mecanismos de apoio social, agravarão ou afetarão os níveis de vulnerabilidade, independentemente do tipo de perigo. A vulnerabilidade também é influenciada por determinantes sociais de saúde, a exemplo de serviços de saúde, acesso e qualidade de educação, disponibilidade de recursos, acesso à transporte público, sociabilidade, socialização e cultura (Ebi & Bowen, 2016).

A insegurança alimentar foi documentada como uma experiência comum de migrantes e refugiados reassentados em um destino. No entanto, sua extensão e suas consequências durante o período crucial do trânsito migratório ativo ainda não foram esclarecidas. Isso aprofunda a invisibilidade da experiência do migrante em seu estágio mais vulnerável e impede a garantia efetiva dos direitos à saúde e a um padrão de vida adequado. Destaca-se, então, a necessidade de evidências para informar o desenvolvimento de intervenções eficazes e direcionadas (Orjuela-Grimm et al., 2022).

Outro elemento agravador da vulnerabilidade é o *déficit* na comunicação de riscos, pois pode implicar em falsas percepções de risco e influenciar a motivação e a capacidade de agir ou de se adaptar às mudanças climáticas e aos estressores ambientais. Além disso, os processos de má adaptação ou de adaptação insustentável à tais mudanças, podem aumentar a vulnerabilidade e os riscos (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014)

A migração pode ser tanto uma condição quanto uma resposta à vulnerabilidade - especialmente a vulnerabilidade política criada por conflitos, que podem ocasionar migrações compulsórias (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014). Portanto, pessoas podem migrar em razão da vulnerabilidade em sua terra natal, como também podem ser mais vulneráveis na região onde se estabeleceram, por serem migrantes.

Há evidências de maior vulnerabilidade a eventos extremos entre grupos de migrantes devido à incapacidade de entender informações relacionadas a eventos extremos em razão de dificuldades linguísticas, priorização da busca de emprego e moradia e desconfiança das autoridades (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014)

Além do mais, o deslocamento em si pode oferecer diversos riscos: a saúde física e mental em estado precário e a falta de acesso a serviços básicos de saúde adequados aumentam a vulnerabilidade, especialmente em abrigos superlotados onde não há medidas de higiene e saneamento. A superlotação dos abrigos leva a uma maior exposição a agentes patogênicos e aumenta a disseminação de doenças (Walika et al., 2023).

No que diz respeito às diferenças entre homens e mulheres migrantes em contexto de degradação ambiental de evolução lenta, como a seca, estima-se que algumas mulheres atravessam fronteiras internacionais em busca de proteção e assistência, geralmente em países vizinhos ou dentro de sua região, mas o número total de pessoas deslocadas por desastres transfronteiriços é desconhecido. Embora todos os migrantes sejam vulneráveis à discriminação, especialmente os refugiados, as mulheres e meninas correm um risco desproporcional. Essa discriminação é frequentemente agravada por outras causas de vulnerabilidade, como etnia, barreiras linguísticas ou nível de pobreza (United Nations Convention to Combat Desertification, 2022).

Embora todos os migrantes sejam vulneráveis a abusos e exploração, as mulheres migrantes estão particularmente em risco, em especial de exploração sexual, tráfico e violência. A falta de abrigo, a superlotação nos campos e os banheiros públicos mal iluminados aumentam o risco de violência de gênero, incluindo violência sexual. Além disso, quando ocorrem abusos, muitas mulheres e meninas migrantes não têm recursos, sistemas de apoio e conhecimento para procurar ajuda (United Nations Convention to Combat Desertification, 2022).

Outro fator importante a ser considerado é que as mulheres não deixam de engravidar quando estão em movimento. Durante todo o processo de deslocamento, as mulheres podem perder o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, serviços pré-natais, e cuidados de parto seguro. A falta desses serviços pode ser fatal. O parto é considerado uma das principais causas de morte, doença e incapacidade entre mulheres e meninas deslocadas em idade fértil (United Nations Convention to Combat Desertification, 2022).

Considerações e propostas

Os movimentos populacionais são multicausais e se prolongam no tempo; portanto, uma boa governança exige planejamento de políticas em vários níveis e coordenação internacional. Há evidências recentes que relacionam o aumento da temperatura ao aumento dos pedidos de asilo em todos os países da União Europeia. Tais evidências revelam a importância das políticas estatais em relação aos fluxos migratórios (Smirnov et al., 2023).

Um evento extremo pode aumentar a vulnerabilidade a eventos futuros, ao aumentar a extensão da exposição, a suscetibilidade dos sistemas humanos e naturais expostos ou a capacidade das organizações e instituições de se prepararem e gerenciarem os eventos de forma eficaz e eficiente. Compreender a magnitude e o padrão dos impactos e dos fatores que aumentam (ou diminuem) a suscetibilidade e a capacidade de enfrentamento é fundamental para modificar as políticas atuais e implementar novas políticas e programas para aumentar a resiliência a eventos extremos (Ebi & Bowen, 2016).

É necessário acabar com os impedimentos migratórios arbitrários, pois a migração também pode ser meio eficaz de adaptação; o deslocamento de alguns indivíduos pode ajudar uma comunidade a permanecer viável a longo prazo, por exemplo, se dinheiro e bens forem enviados de volta para ajudar a construir sua resiliência (Black et al., 2011).

Além disso, a implementação de políticas públicas relacionadas a eventos climáticos extremos deve levar em conta as particularidades das vivências dos migrantes. Em revisão de literatura sobre as experiências de migrantes em relação à outras minorias nos Estados Unidos da América, constatou-se que barreiras linguísticas não resolvidas, isolamento cultural, discriminação e marginalização social contribuem para o risco desproporcional de morbidade e mortalidade relacionadas a desastres por parte dos migrantes. Vários estudos revelaram que a angústia psicológica, a ansiedade, a depressão, os problemas psiquiátricos e o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) persistem ou até pioram com o tempo em grupos que variam de migrantes vietnamitas, hispânicos e africanos a minorias asiático-americanas (Dadson et al., 2025).

Revelou-se, então, a importância de desagregar os dados dos imigrantes e de levar em conta a heterogeneidade demográfica, as vulnerabilidades existentes antes da migração e os fatores relacionados à migração nessa população diversificada. Entender essa dinâmica complexa é fundamental para compreender os desafios únicos que os imigrantes enfrentam em contextos de desastres (Dadson et al., 2025).

Não se pode deixar de considerar o tamanho e as características da população deslocada, bem como o estado de saúde e o nível de vacinação, especialmente das crianças. Uma resposta rápida com campanhas de vacinação, identificação e tratamento dos casos pode contribuir significativamente para evitar a disseminação de infecções (Walika et al., 2023).

Além disso, políticas públicas de saúde devem levar em conta as questões de gênero. Constatou-se que durante as secas, a desigualdade de gênero se intensifica (Ebi & Bown, 2016). Os migrantes e as mulheres estão entre os grupos que correm maior risco e são desproporcionalmente afetados por desastres (Trentin et al., 2023). Assim, mulheres migrantes são duplamente vulneráveis. Tem se discutido a importância da inclusão, nos cursos da área da saúde, de temáticas relacionadas à saúde de migrantes (Gantz et al., 2024).

Soluções permanentes são indispensáveis no contexto das migrações relacionadas desastres climáticos, em especial das secas. Regiões afetadas por secas, calor extremo, desertificação, perda de biodiversidade ou pelo agravamento de conflitos por recursos naturais, como terra e água, podem tornar-se inabitáveis, inviabilizando o retorno de suas populações. Medidas emergenciais, como abrigos temporários e intervenções de curto prazo, não são suficientes para suprir as necessidades de longo prazo das pessoas deslocadas (European Commission Joint Research Centre & United Nations Convention to Combat Desertification, 2024).

Portanto, é imprescindível investir em estratégias abrangentes e sustentáveis, como a facilitação do reassentamento permanente, o fortalecimento da resiliência comunitária — inclusive por meio da promoção do trabalho digno — e a incorporação da adaptação climática às políticas nacionais. Ademais, essas soluções devem ser acompanhadas por abordagens que considerem a sensibilidade aos conflitos e promovam sua prevenção (European Commission Joint Research Centre & United Nations Convention to Combat Desertification, 2024).

Contudo, nenhuma dessas soluções será verdadeiramente eficaz se desconsiderar a hegemonia eurocêntrica, o neocolonialismo, o capitalismo racial, o consumo desigual e a dominação militar, que são responsáveis diretos pelos impactos climáticos e ecológicos sofridos, sobretudo por populações racializadas (Sultana, 2025).

É necessário reconhecer o quão pouco mudou desde os dias da hegemonia colonial; quantos dos antigos sistemas ainda estão em uso. Deve-se descolonizar as mudanças climáticas e descolonizar a imaginação, para descolonizar o futuro. Significa reformular nossa visão do que seria uma resposta bem-sucedida às mudanças climáticas. Não como nações limpas, “verdes” e ricas que consomem bens produzidos em zonas distantes de responsabilidade discreta, mas como uma comunidade de lugares, interligados pela globalização (Parsons, 2023).

Tudo isso deve ser operado nacionalmente, conforme as particularidades dos países de onde as pessoas migram ou para onde elas se deslocam, mas também internacionalmente, pois se o clima e suas repercussões transcendem fronteiras, a proteção aos migrantes climáticos também deve ser pensada – e respeitada – em uma escala global.

Considerações finais

Se por um lado a migração é um fenômeno intrínseco à humanidade e o clima sempre foi um motivador relevante para essa movimentação pelo globo, por outro, a intensidade e a frequência dos eventos climáticos extremos têm deixado ainda mais claro o abismo de desigualdade entre as pessoas e lugares que são vitimados por esses desastres. Muitas comunidades ao redor do mundo têm enfrentado diversos eventos climáticos extremos, sem que tivessem sido responsáveis por sua ocorrência (Sultana, 2025).

Entre os eventos climáticos extremos, a seca está entre aqueles que afetam o maior número de pessoas e, ainda assim, o projeto colonialista persiste com a apropriação global de terras e água, o desmatamento desenvolvimentista, os projetos de conservação neoliberal, as guerras de combustíveis fósseis, as novas revoluções verdes para a agricultura, a mineração e os programas de compensação de carbono (Sultana, 2025), em prejuízo de toda a humanidade, mas especialmente do Sul Global.

É mais fácil observar fluxos migratórios decorrentes de eventos climáticos extremos que provoquem, de forma acelerada, a destruição da infraestrutura de determinada região, inviabilizando severamente a permanência das pessoas nessa área. A seca, por sua vez, pode se caracterizar pelo seu prolongamento e agravamento no decorrer do tempo, o que dificulta a identificação da motivação do deslocamento - se em razão da seca em si ou dos efeitos que ela produziu no cenário econômico, no acesso à alimentação, à água, na inviabilização da exploração econômica - ou mesmo para fins de subsistência - de áreas rurais.

Entretanto, isso não significa que a seca seja relegada a um fenômeno secundário relacionado à migração internacional. A migração decorrente da seca é uma realidade e revela mais uma vulnerabilidade em relação aos eventos climáticos extremos, pois frequentemente se relaciona com a inviabilidade da produção agrícola e suas consequências - diretas ou indiretas - e guarda muita proximidade com a insegurança alimentar.

O acolhimento dos migrantes e o oferecimento de políticas públicas de saúde devem levar em consideração toda a bagagem - sobretudo as vulnerabilidades - dessas pessoas. Contudo, ainda que o planejamento de políticas públicas seja um passo muito relevante, é preciso ir além.

Se os eventos climáticos extremos são problemas que não podem ser resolvidos - ou ao menos mitigados - de forma individual pelos estados-nações, o acolhimento de migrantes cujo deslocamento é impulsionado, direta ou indiretamente pela seca, também não pode, nem deve, ser um tema a ser lidado apenas no âmbito nacional.

Impõe-se a reformulação de instituições e matrizes de poder em todas as escalas e as mudanças geopolíticas para promover a valorização de um planeta habitável para todos, com um compromisso com uma ação coletiva que ultrapassa fronteiras e limites (Sultana, 2025). É necessário que seja efetivada justiça climática, que os efeitos deletérios - e persistentes - da colonização, sejam reconhecidos e corrigidos. A dinâmica de poder mundial deve ser revista. Deve-se criar condições para que as pessoas fiquem no seu lugar de origem, mas, se optarem, migrem e, se desejarem, retornem. Mas que encontrem condições de vida adequada e digna onde quer que estejam.

Referências

- Black, R., Bennett, S. R., Thomas, S. M., & Beddington, J. R. (2011). Climate change: migration as adaptation. *Nature*, 478(7370), 447-449. <https://doi.org/10.1038/478477a>
- Dadson, Y. A., Bennett-Gayle, D. M., Ramenzoni, V., & Gilmore, E. (2025). Experiences of immigrants during disasters in the US: A systematic literature review. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 27, 134-148. <https://doi.org/10.1007/s10903-024-01649-8>
- Ebi, K. L., & Bowen, K. (2016). Extreme events as sources of health vulnerability: drought as an example. *Weather and Climate Extremes*, 11, 95-102. <https://doi.org/10.1016/j.wace.2015.10.001>
- European Commission Joint Research Centre, & United Nations Convention to Combat Desertification. (2024). *World drought atlas*. Publications Office of the European Union.
- Food and Agriculture Organization for United Nations. (2023). *The impact of disasters on agriculture and food security: avoiding and reducing losses through investment in resilience*. FAO.
- Gantz, L., Pak-Gorstein, S., Gutierrez, J. R., Noor, Z., & Shah, S. (2024). Immigrant and refugee health curricula in us-based medical training: a scoping review to inform integration into pediatric residency programs. *Academic Pediatrics*, 24(5S), 103-111. <https://doi.org/10.1016/j.acap.2023.05.022>
- Integrated Research on Disaster Risk. (2014). *Peril classification and hazard glossary* (Data Project report n. 1). <https://council.science/wp-content/uploads/2019/12/Peril-Classification-and-Hazard-Glossary-1.pdf>

- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2012). *Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation: a special report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2022). *Climate change 2022: impacts, adaptation, and vulnerability*. Cambridge University Press.
- Internal Displacement Monitoring Center. (2023). *Global report on internal displacement 2023: Internal displacement and food security*. <https://shre.ink/oHeg>
- International Organization for Migration. (2022). *Climate change and future human mobility* (Issue No. 1, Thematic Brief). <https://shre.ink/oQF6>
- Murray-Tortarolo, G. N., & Salgado, M. M. (2021). Drought as a driver of Mexico-US migration. *Climatic Change*, 164(48), 48. <https://doi.org/10.1007/s10584-021-03030-2>
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Orjuela-Grimm, M., Deschak, C., Gama, C. A. A., Carreño, S. B., Hoyos, L., Mundo, V., Bojorquez, I., Carpio, K., Quero, Y., Xicotencatl, A., & Infante, C. (2022). Migrants on the Move and Food (In)security: a call for research. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 24(5), 1318-1327. <https://doi.org/10.1007/s10903-021-01276-7>
- Parsons, L. (2023). *Carbon colonialism: how rich countries export climate breakdown*. Manchester University Press.
- Romanello, M., Walawender, M., Hsu, S., Moskeland, A., Palmeiro-Silva, Y., Scamman, D., Ali, Z., Ameli, N., Angelova, D., Ayeb-Karlsson, S., Basart, S., Beagley, J., Beggs, P. J., Blanco-Villafuerte, L., Cai, W., Callaghan, M., Campbell-Lendrum, D., Chambers, J. D., Chicmana-Zapata, D., Chu, L., ... Costello, A. (2024). The 2024 report of the Lancet Countdown on health and climate change: facing record-breaking threats from delayed action. *The Lancet*, 404, 1847-1896. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(24\)01822-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(24)01822-1)
- Smirnov, O., Lahav, G., Orbell, J., Zhang, M., & Xiao, T. (2023). Climate change, drought, and potential environmental migration flows under different policy scenarios. *International Migration Review*, 57(1), 36-67. <https://doi.org/10.1177/01979183221079850>
- Sobreira, E., Lázaro, W. L., Vitorino, B. D., Frota, A. V. B., Young, C. E. F., Campos, D. V. S., Viana, C. R. S., Oliveira, E., López-Ramirez, L., Souza, A. R., Silva, D. J., Ignotti, E., Hacon, S., Ignácio, A. R. A., Muniz, C. C., Santos Filho, M., & Bogoni, J. A. (2025). Wildfires and their toll on Brazil: who's counting the cost? *Perspectives in Ecology and Conservation*, 23(3), 214-217. <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2025.06.003>
- Sultana, F. (2025). *Confronting climate coloniality: decolonizing pathways for climate justice*. Routledge.
- Trentin, M., Rubini, E., Bahattab, A., Loddo, M., Della Corte, F., Ragazzoni, L., & Valente, M. (2023). Vulnerability of migrant women during disasters: A scoping review of the literature. *International Journal for Equity in Health*, 22, 135. <https://doi.org/10.1186/s12939-023-01951-1>
- United Nations Convention to Combat Desertification. (2022). *Study on the differentiated impacts of desertification, land degradation and drought on women and men*. UNCCD. <https://www.unccd.int/sites/default/files/2022-11/Gender%20study%20.pdf>
- United Nations Environment Programme, & International Resource Panel. (2024). *Global Resources Outlook 2024 - bend the trend: pathways to a liveable planet as resource use spikes*. <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/44901>
- Vins, H., Bell, J., Saha, S., & Hess, J. J. (2015). The mental health outcomes of drought: a systematic review and causal process diagram. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 12(10), 13251-13275. <https://doi.org/10.3390/ijerph121013251>
- Walika, M., Moitinho De Almeida, M., Castro Delgado, R., & Arcos González, P. (2023). Outbreaks following natural disasters: a review of the literature. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, 17, e444. <http://doi.org/10.1017/dmp.2023.96>